

# **PARTIDOS POLÍTICOS E REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS EXECUTIVAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO.**

Partidos e Sistemas de Partidos

Fabiana Cristina dos Santos de Souza<sup>1</sup>

Leonardo Aires de Castro<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Bolsista CNPQ  
Email: fabianasouza922@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos.  
Bolsista FAPESP 2017/ 26776-6. Email: leoairescastro@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo traçar o perfil das mulheres pertencentes as elites dirigentes dos principais partidos políticos do Estado de São Paulo. O intuito é atentar-se para a representatividade existente dentro desses importantes espaços de decisão das agremiações. O estudo tem caráter exploratório e para isso foram utilizados dados das comissões executivas estaduais de São Paulo formadas entre 1989 a 2014, dos quatro maiores partidos: PT, PSDB, PMDB e PFL/DEM. Dessa forma, procuramos medir a participação feminina dentro das cúpulas estaduais e tipificar os perfis dessas mulheres que obtiveram acesso a tais espaços de poder. Em função dessa perspectiva, operacionalizamos o método prosopográfico, comumente chamado de biografia coletiva, para conjugarmos as experiências dessas dirigentes ao longo de suas carreiras e vidas pessoais, a fim de esquematizarmos similaridades e diferenças e posteriormente estruturar os perfis distintos.

**Palavras- chave:** Representação; Gênero; Partidos Políticos

## INTRODUÇÃO

A questão da representação política tem obtido cada vez mais espaço no campo da ciência política, com ênfase principalmente na promoção e consequências das políticas públicas que buscam promover a inserção dos grupos minoritários aos espaços políticos- institucionais. A partir da inserção das Leis de Cotas, muitos segmentos buscam ampliar sua presença nos parlamentos e nos organismos de decisão, como forma de demarcar a sua condição coletiva, de sujeitos de direitos, “condição dada a partir da afirmação de seu pertencimento identitário com base em características físicas e/ ou culturais” (ARAÚJO, 2001).

Dentro desse cenário, a literatura comumente tem buscado atender-se para esses grupos no polo da representatividade. As pesquisas focam no ingresso dessas minorias na arena eleitoral, atentando-se para seus acessos as candidaturas e financiamento de campanha, ou seja, observando o sistema eleitoral em si. O presente trabalho busca contribuir com o tema, porém procura fazê-lo atentando-se para a representação feminina dentro dos partidos políticos, em seus órgãos de direção.

É importante ressaltar que um primeiro esforço empírico, nessa direção, já foi realizado por Leveguen, Castro e Ribeiro (2017), observando a direção nacional dos partidos políticos, e a representatividade das mulheres nesses espaços. Esse trabalho busca complementar tal estudo, com o intuito de compreender se a direção estadual dos partidos políticos, tornam-se espaços mais acessíveis as mulheres, tendo em vista, que em tese, a seleção de candidatos e deliberação sobre coligações, são decididas por meio da realização de convenções Estaduais (Encontros no caso do PT), cabendo a ela a definição dos candidatos a governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

Para tal empreendimento serão observados os quatro principais partidos políticos, sendo eles: Partido dos trabalhadores, (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PMDB) e Partido da Frente Liberal/ Democratas (PFL/DEM). O intuito é mensurar a porcentagem de mulheres que compõe a Comissão Executiva Estadual de São Paulo desses partidos, e posteriormente detectar quais variáveis que as permitem permanecerem nesse órgão. Serão analisadas todas as Comissões eleitas nesses partidos, desde a data de sua fundação até a mais recente, e posteriormente será traçado o perfil de tais mulheres, por meio da análise prosopográfica.

## **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

A democracia tornou-se o horizonte normativo da prática e dos discursos políticos (Miguel, 2005). O consenso aparente esconde profundas divergências presentes em um conceito que ainda é objeto de disputa política, seja no meio acadêmico, no senso comum e no discurso da mídia. No cerne das discussões encontra-se presente o conflito entre o seu significado abstrato e a manifestação empírica das possibilidades e limitações de um governo democrático, colocando a possibilidade de uma democracia direta em contraposição a democracia representativa, e de maneira análoga, a justaposição de uma democracia empírica em contraste com a democracia racional, que busca apontar as insuficiências dos sistemas democráticos realmente existentes.

Dentro desse debate, a democracia liberal pluralista, calcada no conjunto de liberdades dos cidadãos, na competição eleitoral livre, na multiplicidade dos grupos de pressão é questionada pela teoria multiculturalista ao colocar a insuficiência de uma teoria calcada apenas nos indivíduos, tendo em vista a necessidade de afirmação das características dos diversos grupos nela presente. As propostas de ação afirmativas de cotas se inserem nesse debate. Tais propostas buscam de maneira estratégica modificar o status quo presente na sociedade, em que há uma disparidade entre o corpo político e a sociedade civil e busca afirmar suas identidades.

Tendo em vista esse cenário, no Brasil, em 1995 é apresentada a primeira proposta de cotas na eleição presidencial, à partir da percepção da sub-representação do gênero feminino nos espaços representativos brasileiro. Em

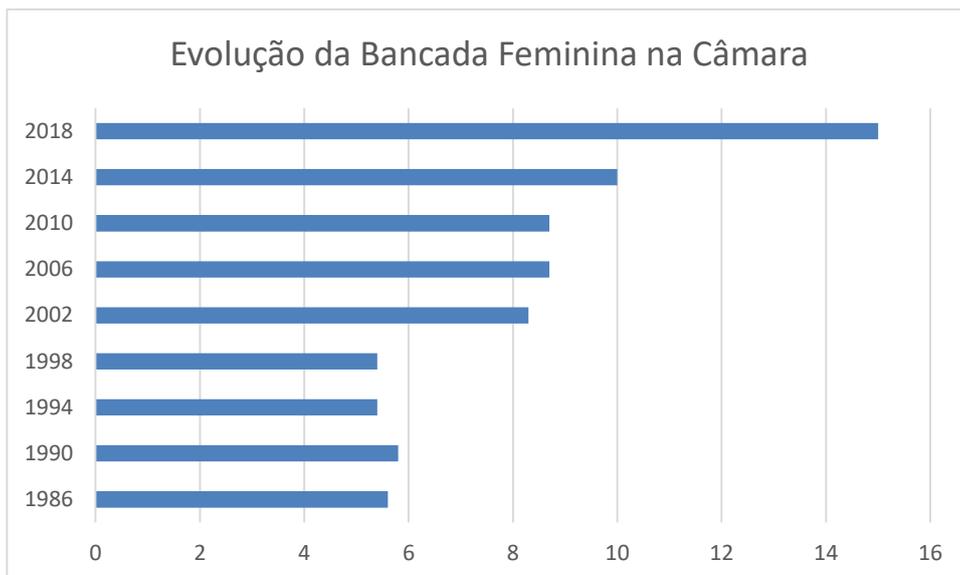
primeiro momento a cota destinava-se apenas as eleições municipais, destinadas aos cargos legislativos. A lei estabelecia que 20% das vagas das listas eleitorais deveriam ser preenchidas por mulheres, a nova lei além de estabelecer uma cota de gênero também ampliava o número de vagas nas listas passando de 100% para 120% do total de cadeiras em disputas. Porém a legislação não tornava a presença das mulheres como algo obrigatório, tendo em vista que a legislação deixava como possibilidade o não preenchimento das vagas, caso os partidos não encontrasse número suficiente de mulheres.

Esse primeiro movimento demonstrava o reconhecimento por parte dos atores políticos em relação as desigualdades estruturais herdadas pelas mulheres, e buscava propiciar uma participação mais equilibrada entre homens e mulheres na arena de representação política.

Já no final de 1997, com a nova lei eleitoral nº 9504, foram estabelecidas regras permanentes para os próximos pleitos eleitorais. Ficou decidido que no pleito de 1998 ficaria reservado 25 % das candidaturas a serem preenchidas para deputados estaduais e federais a presença feminina, sendo que nas próximas eleições o percentual mínimo deveria ser de 30%. Igualmente a regra anterior, conjuntamente com a implementação das cotas houve o aumento do número de vagas nas listas eleitorais.

Em 2015 o assunto das cotas para paridade de gênero nas eleições novamente volta ao debate político, na tentativa de não segurar apenas as candidaturas femininas, mas também reservar vagas no Congresso para serem preenchidas por mulheres, tendo em vista que mesmo após a implementação das cotas, o índice de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados ainda apresentava um percentual bem abaixo do que a proporção de mulheres presentes na população brasileira (sendo um pouco mais da metade da população). Porém ela foi vetada pelo congresso.

Gráfico 1: Evolução da Bancada Feminina na Câmara



Fonte: Elaboração Própria

Dentro desse debate esse paper tem como intuito analisar se as políticas de cotas tiveram o mesmo resultado nas instâncias decisórias dos partidos. Buscando analisar a presença das mulheres na organização interna partidária estadual paulista e de que maneira os partidos absorvem esses grupos ao longo do tempo.

### **ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

O nascimento dos partidos políticos com caráter moderno está intrinsecamente conexo com o advento da democracia política, com a extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares (DUVERGER, 1970), seu surgimento diz respeito a uma inspiração nitidamente democrática, sendo concebidos como instrumentos do seu desenvolvimento. Se anteriormente seu caráter tem inspiração majoritariamente democrática, Michels aponta seu atributo inevitável: a formação de oligarquias em seu interior, observada mesmo nos partidos que se mostrariam mais democráticos, como no caso dos partidos socialistas.

Segundo as palavras do próprio autor, “(...) a organização é a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (Michels, 1914). Seu resultado é afastamento da elite dirigente mediante as vontades da massa. De acordo com Michels, a “organização política

conduz ao poder, mas o poder é conservador o tempo todo” (Michels, 1914). Sua proposição possui como cerne dois principais fatores explicativos: o primeiro diz respeito à organização interna partidária e seus princípios, o segundo as características psicológicas inerentes as massas e aos dirigentes partidários.

A organização intrapartidária transforma-se a partir do momento que passa a ser dirigida segundo princípios burocráticos, o partido irá busca organizar-se na mais vasta escala que possa imaginar, “ora à medida que a organização cresce a luta pelos grandes princípios se torna impossível” (MICHELS, 1914), as agremiações passam a ter como atributo um caráter parlamentar, designado pela aspiração em arregimentar o maior número possível de membros, com o intuito de angariar o maior número de votos. Essa modificação nos princípios partidários faz com que qualquer “luta” por ideias que surgem em seu interior seja visto como um obstáculo à realização dos seus fins: a conquista do voto.

Com a ocupação de cargos especializados pelos dirigentes, os mesmo obtém cada vez mais perícia em suas áreas de atuação e passam a ter acesso as áreas importantes do partido denominadas zonas de incerteza, tais como relações externas com atores do ambiente, canais e fluxo da comunicação interna, elaboração, manipulação e interpretação das regras formais que regem o partido, fontes e canais de financiamento e por fim o recrutamento dos novos filiados (PANEBIANCO, 1988). De forma que estes sejam vistos como indispensáveis para maior eficácia da organização.

No caso brasileiro, em consonância com o desenho administrativo, os partidos políticos são instituições obrigatoriamente de caráter nacional, conforme salienta a LOPP 9096:

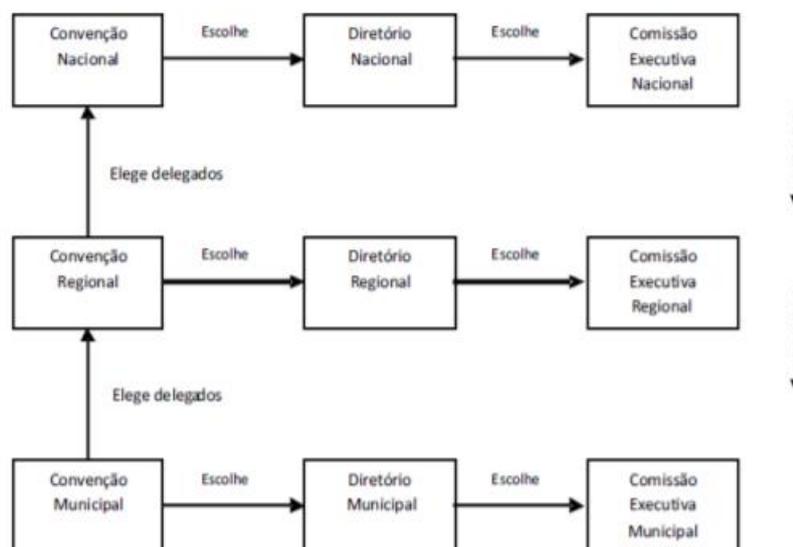
§ 1o Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo

de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

De forma que sua estrutura decisória reflete as divisões federativas, sendo organizado em três níveis: nacional, estadual e municipal.

A escolha desses órgãos, formalmente, é feita da base para o topo (conforme ilustra a figura abaixo). A Convenção Municipal escolhe os membros do Diretório Municipal, que posteriormente elegem os membros da Comissão Executiva Municipal. A mesma Convenção Municipal tem como papel escolher os delegados que irão para a Convenção Regional. A mesma lógica é aplicada aos demais níveis. A Convenção Regional escolhe o Diretório Regional, que por sua vez definem a Comissão Executiva Estadual. A Convenção regional também é responsável pela escolha dos delegados à Convenção Nacional. A Convenção Nacional escolhe os membros do Diretório Nacional, que por conseguinte, elegem a Comissão Executiva Nacional.

Figura 1. Processo de formação dos órgãos de Deliberação e Direção dos partidos brasileiros.



Fonte: Guarnieri (2009)

Apenas o PT se diferencia ao adotarem o Processo de eleição Direta em 2015 na escolha das lideranças partidárias. Com essa nova regra qualquer pessoa filiada há mais de um ano ao partido, com a anuidade em dia, pode comparecer aos diretórios municipais, no dia da eleição interna, e votar no seu candidato a presidente e na chapa que apoia para a direção nacional. O candidato a presidente mais votado é eleito, e o diretório nacional é composto proporcionalmente, de acordo com o número de votos recebidos por cada chapa.<sup>3</sup>

A tabela abaixo apresenta um primeiro panorama dos resultados encontrados:

Tabela 1: Resultados Encontrados na Pesquisa

Partido/ Mulheres	Número de	Comissões Executivas	Núcleo Duro das Comissões Executivas
PT		67	14
PSDB		19	5
PMDB		12	2
DEM		11	3

De acordo com os dados apresentados, o PT é o partido que se destaca em relação ao número de mulheres presente em sua Comissão Executiva em São Paulo. Esse número é mais expressivo, pois desde 1993 o partido adotou políticas de cotas para a formação de seus órgãos dirigentes<sup>4</sup>. Ao todo foram analisadas 16 composições petista, sendo que a tabela abaixo resume os dados encontrados:

Tabela 2: Dados sobre a Comissão Executiva Estadual- SP PT

	Comissão Executiva
Número Total de Mulheres	67

<sup>3</sup> Ainda há um debate referente à maior qualidade democrática ou não na adoção do PED.

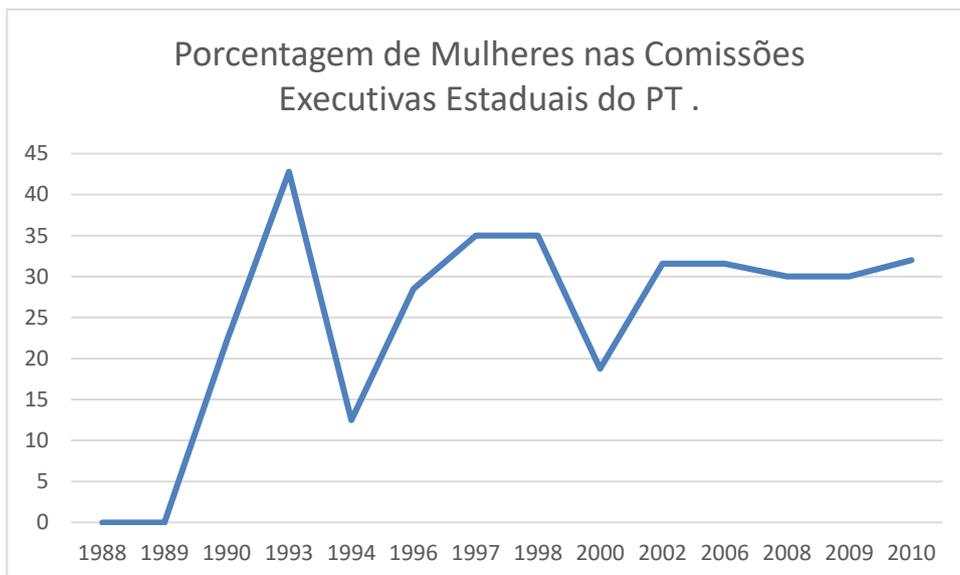
<sup>4</sup> IV – as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens)

Média de Composição (%)	26,5
Moda	6
Mediana	3

Fonte: Elaboração Própria

Analisando os dados acima, o número médio de mulheres na executiva estadual petista é de 26,5 %, com a moda sendo 6, e a mediana em torno 3, ou seja, a presença das mulheres é bastante significativa, em comparação com as demais legendas. É necessário ressaltar que a média é puxada para baixo ao observamos as primeiras composições eleitas, tendo em vista que a presença feminina só irá despontar à partir da Comissão Executiva eleita em 1990. O gráfico abaixo aponta a porcentagem de mulheres em cada executiva, e sua variação no decorrer do tempo.

Grafico 2: Porcentagem de Mulheres nas Comissões Executivas Estaduais do PT



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com o gráfico, a partir de 1993, ano da implementação das cotas de gênero nos órgãos dirigentes do partido, o PT apresenta a maior taxa de mulheres em sua Executiva, representado 42 % dos membros eleitos. Posteriormente apenas a Composição eleita em 2000 apresenta uma taxa de presença feminina inferior a 30%. Em relação ao núcleo duro do partido, as mulheres conseguem ascender à eles, sendo que, em duas composições elas configuravam enquanto presidentes (composição eleita em 1990 e 1996), em outras duas como vice-presidente (1993, 1994), e em uma como tesoureira (1993).

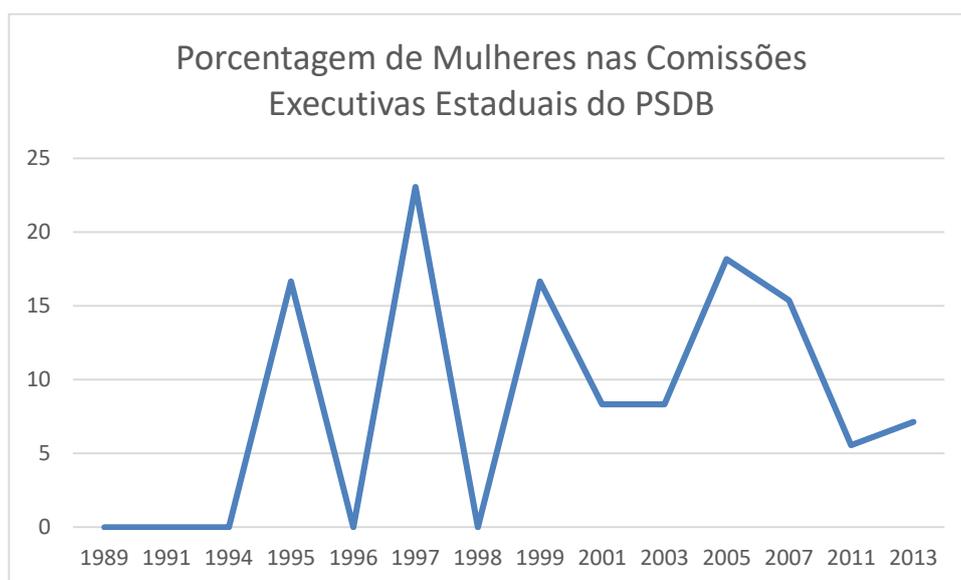
Já no PSDB foram analisadas 15 Comissões Executivas, sendo que o partido apresenta a segunda maior taxa de mulheres em sua direção, conforme aponta a tabela abaixo:

Tabela 3: Dados sobre a Comissão Executiva Estadual- SP PSDB

	Comissão Executiva
Número Total de Mulheres	19
Média de Composição (%)	10,6
Moda	2
Mediana	2

A moda e a mediana aponta um número bem menor de mulheres em suas composições, se compararmos com a cúpula estadual petista, e também o surgimento mais tardio de mulheres em suas comissões, sendo que a primeira executiva que incluirá uma mulher será em 1995, o que corroborou para uma média menos significativa que a apresentada pelo Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 3: Porcentagem de Mulheres nas Comissões Executivas Estaduais do PSDB



Fonte: Elaboração Própria

Conforme descrito no gráfico acima, o número de mulheres na cúpula estadual paulista do PSDB tende a apresentar maiores oscilações. Das 15 Comissões analisadas, nenhuma ultrapassa a taxa de 20% de presença feminina, sendo que o maior valor encontrado é em 2005, quando a Comissão eleita é formada por 18 % de mulheres. Em relação ao núcleo duro do partido, apenas uma mulher teve acesso a tal cargo, sendo a vice- presidência em 1997.

O PMDB, dentre os partidos aqui analisado, apresenta a terceira maior taxa de mulheres em sua direção paulista. Das 15 Comissões Executivas Estaduais analisadas ela estão presentes em média, em 6,2% delas. O quadro abaixo resume os resultados encontrado.

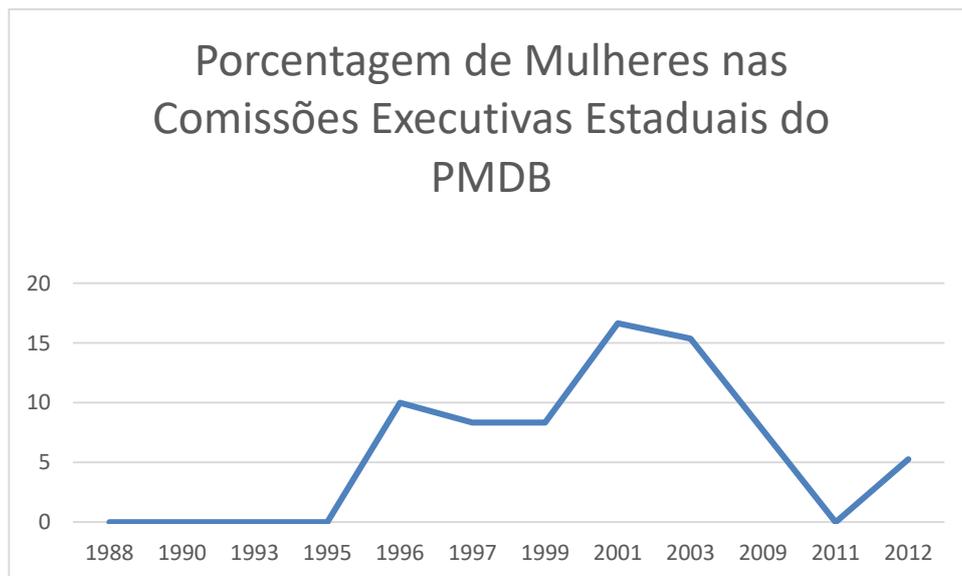
Tabela 4: Dados sobre a Comissão Executiva Estadual- SP PMDB

	Comissão Executiva
Número Total de Mulheres	12
Média de Composição (%)	6,2
Moda	1
Mediana	1

Fonte: Elaboração Própria

A moda e a mediana das composições ficam em torno de 1, o que indica uma fraca presença feminina em sua cúpula estadual paulista. O gráfico abaixo resume a presença de mulheres na direção no decorrer do tempo:

Gráfico 5: Porcentagem de Mulheres nas Comissões Executivas Estaduais do PMDB



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com os dados, apenas em 1996 uma mulher irá conseguir ser eleita para a Executiva estadual do partido. Em relação a presença feminina no decorrer do tempo, o PMDB apresenta números similares ao encontrado na cúpula do PSDB, sendo que a maior taxa encontrada será em 2001, quando 16% da comissão será formada por mulheres, ademais, a taxa no decorrer dos anos não ultrapassa a média de 20%.

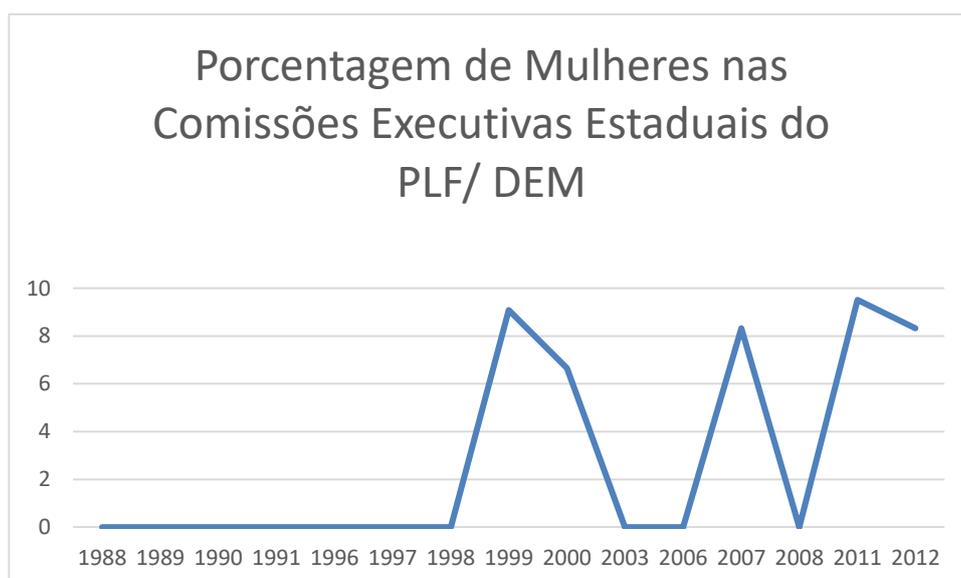
O DEM, dentro do universo de análise aqui estudado, é o partido com menor presença feminina em sua direção estadual. A média de mulheres em sua Comissão Executiva Estadual paulista é de 4,29. A moda e a mediana expressa a parca presença feminina em sua direção, conforme evidencia a tabela abaixo:

Tabela 5: Dados sobre a Comissão Executiva Estadual- SP DEM

	Comissão Executiva
Número Total de Mulheres	11
Média de Composição (%)	4,29
Moda	1
Mediana	1

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 6: Porcentagem de Mulheres nas Comissões Executivas Estaduais do PLF/ DEM



Fonte: Elaboração Própria

Foram analisadas ao todo 15 composições eleitas, da qual apenas em 1999 terá a presença feminina. Sendo que a taxa mais alta de presença feminina nas Comissões Executivas analisadas, é encontrada em 2011, em que 10 % da comissão é formada por mulheres. Em relação ao núcleo duro da cúpula estadual paulista, apenas uma mulher conseguiu ter acesso ao cargo, sendo eleita em 2007, ocupando o cargo de tesoureira.

## PROSOPOGRAFIA

No intuito de analisarmos as mulheres que tiverem acesso as Comissões Executivas Estaduais de São Paulo, o presente subtítulo tem como intuito traçar o perfil bibliográfico dessas mulheres. A análise prosopográfica, nesse contexto, será utilizado como um mecanismo de “investigação das características comuns” desses grupo, “por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011).

Segundo Stone (2011) a prosopografia nos oferece a possibilidade de “estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes, que são justapostas, combinadas e examinadas em busca de variáveis significativas” (STONE, 2011; p. 115). Com foco na teoria elitista, nos propomos a avaliar o que grupo aqui estudado, tem de significativo em sua trajetória de vida que as fizeram ter acesso a um espaço político pouco suscetível a presença feminina, como demonstra os dados em relação a taxa de presença das mulheres nos partidos políticos.

O trabalho de coleta de dados foi feito à partir de uma multiplicidade de fontes, sendo que a maior parte dos dados foram encontrados principalmente na base de dados bibliográficos da Alsp, ou em sites próprios quando tratava-se de uma figura conhecida no mundo político.

O quadro abaixo resume o perfil das informações obtidas:

Quadro 1: Partidos Políticos e Fontes

Partidos	Consta Bibliografia	Não Consta bibliografia	Total
PT	3 (8,33%)	33 (91,67%)	36 (100%)
PSDB	4 (57,14%)	3 (42,86%)	7 (100%)
PMDB	3 (60%)	2 (40%)	5 (100%)
DEM	3 (50%)	3 (50%)	6 (100%)

Fonte: Elaboração Própria

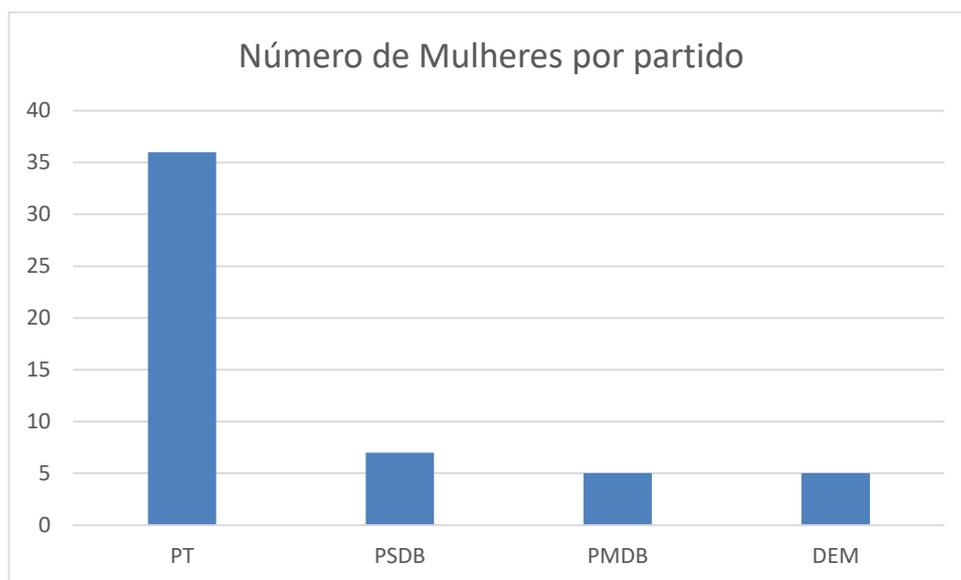
Conforme o quadro demonstra o PT tem um número bastante elevado de mulheres que não foram encontradas informações bibliográficos. Esse dado

refere-se principalmente ao fato do partido obter uma comissão executiva estadual com menor peso da face pública e provavelmente com uma ampla gama de mulheres que tiveram acesso ao cargo por meio da burocracia interna partidária. Os demais partidos apresentam maior porcentagem de bibliografias encontradas, porém ressalta-se o número bem menor de mulheres encontradas em suas Comissões Executivas Estaduais.



Ao analisarmos os dados obtidos, temos uma presença mais substancial de mulheres no Partido dos Trabalhadores. A discrepância em relação aos demais partidos deve-se ao fato já mencionado da diretriz partidária petista que institui cotas de gênero nos órgãos de direção do partido.

Gráfico 7: Número de mulheres nas comissões Executivas Estaduais de São Paulo por partido.



Fonte: Elaboração Própria

Em relação a ocupação, o perfil das mulheres petistas, apenas 3 das 36 mulheres analisadas teve cargo eletivo anterior, ou no momento em que constituía a cúpula estadual paulista. A distribuição em relação a escolaridade dessas mulheres com dados coletados, demonstra proeminência do ensino superior. Em relação as profissões, elas estão concentradas nas profissões liberais (advogada, arquiteta e professora). Em relação a origem apenas Clara Levin Ant diferencia-se das demais mulheres analisadas, sendo nascida na Bolívia e erradicada no Brasil.

Em relação ao PSDB o perfil das mulheres é mais parlamentarizado. Sendo que das mulheres com bibliografia, todas possuem ensino superior. Em relação a origem todas elas nasceram no estado de São Paulo.

O PMDB e o PSDB possui perfis bem semelhantes aos encontrados no PSDB. Sendo que no PMDB duas das três mulheres em que tivemos acesso aos

dados bibliográficos tinha capital político herdado pela família, sendo a primeira filha de um vereador, e a segunda esposa de um prefeito anteriormente a entrada na Comissão Executiva estadual do PMDB. Em relação a escolaridade, todas elas possuíam ensino superior. No DEM uma das ingressantes tinha cargo eletivo no momento de entrada na Comissão Executiva estadual e as outras duas tinham passagem por cargos de confiança nos governo estadual. Todas também apresentavam ensino Superior.

## **CONCLUSÕES**

Procuramos analisar os órgãos dirigentes dos quatro principais partidos políticos brasileiro. O intuito fora traçar o perfil dessas composições pelo prisma da paridade de gênero, tendo em vista principalmente que esses são importantes espaços de decisão e disputas dentro das agremiações. Dentro desse debate optamos por observar as Comissões Executivas Estaduais de São Paulo, desde o momento de sua fundação até as composições eleitas recentemente. Conforme descrito anteriormente as cúpulas estaduais cumprem importante papel, sendo ela responsável pela escolha dos candidatos a governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

De acordo com a análise o PT sobressai em relação aos demais partidos quando nos atentamos para a presença de mulheres na direção estadual paulista. Apresentando o dobro de mulheres que os demais partidos aqui analisados. Isso demonstra ser uma singularidade petista, ao adotar internamente o sistema de cotas para seus órgãos de direção. Os demais partidos ficam abaixo do percentual petista, mas próximo entre eles. O PSDB em segundo lugar, com uma média percentual de 10% de mulheres em suas composições, seguido de PMDB com 6,2 % e DEM com 4,29%.

Quando observa-se a presença de mulheres no núcleo duro do partido, o PT também sai a frente das demais legendas, sendo que elas estiveram presentes em 14 desses cargos. No PSDB elas tiveram acesso a 5, no PMDB apenas 2 e no DEM em 3 dos cargos considerados chaves para o partido.

Quando adentramos a análise prosopográfica as informações foram mais escassas. No PT o percentual de mulheres em que foram encontrados dados

bibliográficos foram bastante reduzidos, resultado que indica a forma singular de recrutamento interno feminino por parte da legenda, com foco em figuras internas a organização. Nos demais partidos os dados também foram reduzidos, porém mais substanciais que os encontrados sobre o PT. De maneira geral, os partidos apresentam a presença de mulheres com perfis mais parlamentarizados, e a obtenção do ensino Superior como variável chave.

De maneira geral o paper buscou contribuir para o debate acerca da representação feminina dentro dos partidos políticos. Em relação aos dados apresentados por Leveguen, Castro e Ribeiro (2017) a cúpula estadual demonstrou ser um espaço mais igualitário em relação a paridade de gênero, tendo apresentado maiores taxas de mulheres na Comissão Executiva Estadual paulista. Da mesma maneira, o acesso das mulheres ao núcleo duro do partido em nível estadual parece ser mais acessível, assim como o perfil das mulheres menos parlamentarizados que em nível nacional.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ARAUJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001.

DUVERGER, Maurice.. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

GUARNIERI, Fernando. A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 2009

LEVEGUEN, Brina, Castro, Leonardo, Ribeiro, Pedro. *Rompendo o Teto de Vidro: Mulheres no Comando dos Partidos Políticos*.

MICHELS, Robert., *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa, Antígona, 2001.

PANEBIANCO, Angelo,. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, June 2011 .

